

ELETRORIVER S.A E CONTROLADA - CNPJ/ME nº 01.968.293/0001-68

socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	31/12/2023	Adição	Reversão	Paga- mentos	Atual- ização Financeira	31/12/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	1.929	(6.746)	(1.053)	320	13.709
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	4.167	-	(4.239)	646	18.908
Provisão p/ registro de terras (c)	1.809	-	(683)	-	-	1.126
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	-	(8.120)	-	-	5.813
Total	53.335	6.096	(15.549)	(5.292)	966	39.556

Passivo circulante	8.380	-	-	-	-	8.261
Passivo não circulante	44.955	-	-	-	-	31.295

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de dezembro de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

(a) **Provisão para compromissos socioambientais:** compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação das SPes. (b) **Provisão para programas socioambientais:** contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental. (c) **Provisão para registro de terras:** o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários. (d) **Provisão para indenização de terras:** para construção das PCHs, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pelas SPes, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a: (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis; (iii) indenizações e (iv) pagamentos de servidão administrativa, dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

17. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-
PIS e COFINS não cumulativo	-	-
PIS e COFINS cumulativo	-	-
Outros tributos a recolher	15	80
Total	86	157
Passivo circulante	86	157
Passivo não circulante	-	-

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

18. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	5.810	4.251
Total	5.810	4.251

b) Movimentação da receita diferida:

	31/12/2024	Adição	Realização	31/12/2025
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	6.126	(4.567)	5.810
Total	4.251	6.126	(4.567)	5.810

	31/12/2023	Adição	Realização	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	4.811	(4.703)	4.251
Total	4.143	4.811	(4.703)	4.251

Cumpr destacar que todas as SPes do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPes no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

19. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

ABSA, a Brasil PCH e as SPes, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	143	137
Regulatório	3.020	3.045
Tributário	893	1.228
Ambiental	-	-
Cível	566	389
Total	4.622	4.854

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios, ambientais e cíveis era de R\$ 4.622 (R\$4.854 em 31 de dezembro de 2024), conforme movimentação a seguir:

	31/12/2024	Constituição	Baixas	Transfêrencia	Atualização	31/12/2025
Trabalhista	137	-	-	-	6	143
Regulatório (*)	3.045	-	(173)	-	148	3.020
Tributário (*)	1.228	-	(31)	(386)	82	893
Ambiental	55	-	-	(55)	-	-
Cível	389	111	-	26	40	566
Total	4.854	111	(204)	(415)	276	4.622

	31/12/2023	Constituição	Baixas	Realização	Atualização	31/12/2024
Trabalhista	167	12	(67)	(33)	58	137
Regulatório (*)	2.849	-	-	-	196	3.045
Tributário (*)	999	196	(13)	-	46	1.228
Ambiental	28	32	(28)	-	23	55
Cível	142	304	(47)	(39)	29	389
Total	4.185	544	(155)	(72)	352	4.854

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPes possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda "possível", nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (a)	937	937
Cíveis (b)	26.190	26.606
Ambientais (c)	152	441
Tributário (d)	809	175
Regulatório (e)	174.566	-
Total	202.654	28.159

(a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados e indenização decorrente de acidente do trabalho, de terceiros. (b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R\$ 26.169, objetivando, principalmente, a condenação da Companhia e outras 4 empresas não relacionadas à Companhia, em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão. Há também ação judicial promovida em desfavor de três controladas das Companhias por produtor de araria que busca o ressarcimento dos supostos prejuízos materiais decorrentes do início da operação das PCHs para o seu negócio de extração de araria. (c) Trata-se de ações em que se discutem autos de infração por condutas supostamente praticadas pelas controladas das Companhias em desacordo com o licenciamento ambiental e ou normas correlatas. (d) Trata-se de ação de natureza tributária em que se discute a incidência de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços na aquisição de bens - sobre a TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, com o objetivo de restituição dos valores recolhidos indevidamente por controlada das Companhias. Tem-se, ainda, no rol, ação em que se discute o diferimento do diferencial de alíquota de ICMS - Impostos sobre circulação de mercadoria e serviços na aquisição de bens - incidente sobre bens adquiridos por controlada das Companhias. (e) Trata-se de ações judiciais que discutem a legalidade das Portarias MME 20/2013, 63/2013 e 31/2024 que reduziram a garantia física de determinadas Pequenas Centrais Hidrelétricas, controladas indiretas da Companhia, no âmbito da Portaria MME 463/2009. As garantias físicas das PCHs estão divulgadas na nota explicativa nº 1.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.278	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente a R\$ 0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destes receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia. 20.2. Reserva Legal: Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social em 2021, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal. 20.3. Reserva de lucros: A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto no 2º, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. 20.4. Reserva de lucros a realizar: Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O valor de R\$ 719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado

em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a "lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte", tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em 18 de dezembro de 2025, conforme deliberado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reversão e a distribuição do saldo da Reserva de Lucros a Realizar a seus acionistas. A liquidação dos valores objeto dessa deliberação ocorrerá até 31 de dezembro de 2028. 20.5. Dividendos a pagar: O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2025	31/12/2024
Destinação do resultado	323.570	266.902
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Base de cálculo dos dividendos	80.893	66.726
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (25%)	62.786	65.136
Dividendos declarados adicionais	179.891	135.040
Dividendos propostos adicionais	-	-

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, bem como do seu saldo registrado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612
Dividendos adicionais aprovados (*)	157.732	162.303
Proposição de dividendos intermediários (**)	131.863	135.652
Dividendos pagos	(320.000)	(324.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Dividendos adicionais aprovados (*)	135.040	139.068
Proposição de dividendos intermediários (**)	143.679	148.219
Reversão da reserva de lucros a realizar (***)	719.539	719.539
Dividendos pagos	(60.000)	(62.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.080.239	1.093.824

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, realizadas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025. (**) As proposições de dividendos intermediários foram aprovadas em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 12 de agosto de 2025. (***) A reversão da reserva de lucros a realizar decorreu exclusivamente de deliberação societária para fins de distribuição de dividendos, conforme aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2025.

Programa de pagamento dos dividendos: A liquidação dos dividendos deliberados e declarados, bem como dos dividendos declarados anteriormente e ainda não pagos, será efetuada de acordo com o seguinte cronograma: (i) até 31 de dezembro de 2026: pelo menos R\$ 25.000; (ii) até 31 de dezembro de 2027: pelo menos R\$ 45.000; (iii) e até 31 de dezembro de 2028: pagamento do saldo remanescente. 20.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa: O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de "hedge" de fluxo de caixa, considerados efetivos da Companhia Brasil PCH. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante negativo de R\$1.442 (R\$ 7.514 positivo em 31 de dezembro de 2024) como perda de valor justo de instrumento de hedge.

21. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	323.570	266.902
Lucro por ação básico e diluído:	-	-
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	5,2477	4,3286

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Pessoal-Chave: Em 31 de dezembro de 2025, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas-chave, do montante de R\$ 2.132 (R\$ 2.119 em 31 de dezembro de 2024) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Cumpre destacar que, a Companhia, desembolsou R\$ 24 com assistência médica, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefício de curto prazo às pessoas-chave. Ressalta-se que as suas controladas não possuem outros benefícios de curto ou longo prazo e pós-emprego.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta:	-	-
Venda de energia elétrica	763.829	734.550
Ajustes (*):	(1.757)	(249)
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	762.072	734.301

Detalhes à receita bruta:

PIS e COFINS Corrente	(33.663)	(36.652)
PIS e COFINS Diferido	70	9
Total	(33.593)	(36.643)
Total	728.479	697.658

Receita líquida de vendas
(*) Sendo suas unidades (depois de controladas) contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPes no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais (vide nota explicativa nº 1.1).

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e administradores	(183)	(187)
Serviços de terceiros	(579)	(516)
Tributos	(89)	(180)
Outras despesas, líquidas	(30)	(28)
Total	(881)	(911)

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização (*)	(85.220)	(85.737)
Prêmio de risco (reputação do risco hidrológico)	(27.808)	(26.592)
Pessoal e administradores	(36.599)	(34.294)
Manutenção	(16.894)	(13.991)
Serviços de terceiros	(4.493)	(4.637)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.817)	(10.924)
Seguros	(9.425)	(10.866)
Operação	(2.860)	(3.376)
Méio Ambiente	(527)	(868)
Tributos	(60)	(484)

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e administradores	(183)	(187)
Serviços de terceiros	(579)	(516)
Tributos	(89)	(180)
Outras despesas, líquidas	(30)	(28)
Total	(881)	(911)

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização (*)	(85.220)	(85.737)
Prêmio de risco (reputação do risco hidrológico)	(27.808)	(26.592)
Pessoal e administradores	(36.599)	(34.294)
Manutenção	(16.894)	(13.991)
Serviços de terceiros	(4.493)	(4.637)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(11.817)	(10.924)
Seguros	(9.425)	(10.866)
Operação	(2.860)	(3.376)
Méio Ambiente	(527)	(868)
Tributos	(60)	(484)

Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") nº 03/2013 (**)

Taxas setoriais	(1.255)	(1.202)
Receita com indenização recebida (***)	1.417	-
Outras despesas, líquidas	(4.045)	(3.394)
Total	(198.382)	(196.365)

Custo das vendas de energia
Outras (despesas) receitas, líquidas
(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R\$ 340, apurados em 31 de dezembro de 2025, (R\$ 508 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário de sua controlada indireta Santa Fé. (**) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargos de Serviço de Sistema para fins de Segurança Elétrica (ESS-SE) cobrados pela Eletrobras, em janeiro de 2014, conforme a Resolução nº 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração. (***) A receita de indenização recebida refere-se ao montante da indenização parcial de sua controlada indireta Calheiros relativo a sinistro.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:	-	-
Encargos financeiros sobre debêntures	(73.151)	(84.864)
Encargos financeiros sobre empréstimo - ccb	(30.664)	(1.028)
Custos de transação de debêntures	(2.723)	(2.724)
Custos de transação - ccb	(334)	(11)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.728)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	-	(1.974)
Outras despesas financeiras	(194)	(3.364)
Total	(107.065)	(92.590)

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	1.542	3.471
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	-	-
Atualização de depósito judicial	116	134
Outras receitas financeiras	1.658	3.856
Total	(105.408)	(88.985)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	323.570	266.902
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(110.014)	(90.747)
Exclusões (adições) permanentes:	-	-
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)	-	-
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	146.152	121.311
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constitutivas (**)	(36.138)	(30.564)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Correntes	-	-
Diferidos	-	-

(*) A Jatai Energética S.A., controlada indireta da Companhia, alterou, para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, o regime fiscal de lucro real para lucro presumido. (**) A Controladora possui prejuízo fis-

cal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 443.872 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 337.583 em 31 de dezembro de 2024). Suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 2.013.271 (R\$ 1.834.533 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13, 14 e 15, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/12/2025	31/12/2024
Mais valia imobilizado	309.718	324.243
Mais valia intangível	1.320.165	1.350.560
Ajuste a valor justo de debêntures	(10.060)	(21.247)
Total	1.619.823	1.653.556

981 BALANCO _ ELETRORIVER_A TARDE.pdf

Código do documento: 981



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

29 jan 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 981

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:05-03:00

29 jan 2026, 00:02:05 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:05-03:00

29 jan 2026, 00:02:05 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:05-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: f4d507f5203d3151c41c77dfaafed3206fe95ad774ae9fa703ff987ce38bfbbf

[SHA512]: b5122cfb67b14b9da97f2103b1d9e8151badd1e178cc8f7998df7ecc5c459338f45832c3e2a4c546fde8d94750ead3d623d34e6e3190ec865ba9a408d02b1cca

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3